

Os Movimentos Sociais no Livro Didático de Sociologia: Ensinar sobre a luta ou ensinar a lutar?

Vinícius Carvalho Lima*

Resumo: Este artigo, vinculado ao Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LABES-FE/UFRJ), versa sobre a presença no livro didático de Sociologia do tema “Movimentos Sociais”. A busca por compreender como esse tema chega à escola básica, via livro didático, se justifica à medida que propomos analisar como se dá a mediação entre uma área clássica do estudo sociológico e seu ensino na sala de aula - quais as maneiras de abordar o tema, o quanto de senso comum existe nas interpretações, o nível de envolvimento que se consegue atingir. Propomos a análise comparativa dos dois livros didáticos de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” de Helena Maira Bomeny Garchet e Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros (2010) e “Sociologia para o Ensino Médio”, de Nelson Dacio Tomazi (2010). Esses livros foram escolhidos, pois são os mais utilizados pelos professores na escola e possuem capítulos e material de apoio aos professores que destacam os movimentos sociais e/ou temas correlatos que nos servem para estabelecer uma análise comparativa.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Livro didático; Ensino de Sociologia.

ABSTRACT: This article, which is linked to the Florestan Fernandes Sociology Education Laboratory (LABES-FE/UFRJ), says about the presence of the theme “Social Movements” in the Sociology didactic book. The search for understanding how this theme is introduced at basic education school through the didactic book is justified by the proposal to analyze the mediation between a classical area of sociological study and its teaching in the classroom – the ways to address the topic, how much common sense exists in the interpretations and the level of involvement that is possible to reach. We propose to make a comparative analysis between two Sociology didactic books that were approved in the Didactic Book National Program (PNLD): “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” by Helena Maira Bomeny Garchet and Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros (2010) and “Sociologia para o Ensino Médio” by Nelson Dacio Tomazi (2010). These books were chosen because they are the most used by the teachers at schools and have both chapters and material to support teachers, that highlight the social movements and its related themes that are usefull to set up a comparative analysis.

Keywords: social movements; Dictactic book; Teaching of Sociology

* Professor de sociologia do quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Graduado e licenciado em Ciências Sociais (IFCS), especialista em Ensino de Sociologia (FE) e mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Integra, atualmente, como pesquisador, o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Culturas e Linguagens (IECL/IFRJ) e o Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LABES-FE/UFRJ).

1 – Introdução

Este artigo foi escrito durante a realização da pesquisa de monografia do curso de especialização em Ensino de Sociologia (CESPEB-UFRJ)¹ que fez uma análise da abordagem dos “movimentos sociais” em dois livros didáticos de sociologia publicados em 2010.

A busca por compreender como essa temática chega à escola básica, via livro didático, se justifica à medida que propomos analisar como se dá a transposição didática entre uma temática clássica da Sociologia e seu ensino na sala de aula - quais as maneiras de abordar o tema, o quanto de senso comum existe nas interpretações, o nível de envolvimento que se consegue atingir.

Além disso, levamos em consideração o envolvimento do próprio autor com a temática, já que várias questões deste artigo floresceram a partir da atuação como discente universitário, docente do ensino médio e pesquisador destes dois níveis de ensino, conectado a análise da ação social e também do ensino da sociologia.

Durante seis anos (2006-2012), acompanhamos diariamente ações de reivindicação e protesto nas maiores metrópoles brasileiras, no âmbito do LASTRO-IPPUR/UFRJ². Coletando as manifestações dos mais diversos grupos sociais por diferentes causas, através da imprensa, podemos questionar a noção petrificada no senso comum de que o brasileiro é um povo pacífico, dominado e que não luta por seus direitos – uma perspectiva que, veremos um pouco mais adiante, os livros didáticos de Sociologia também tentam abraçar.

A busca por relacionar a temática sociológica clássica dos movimentos sociais ao ensino de Sociologia faz sentido à medida que propomos a análise dos dois livros didáticos de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD):

¹ LIMA, V.C. Os movimentos sociais no livro didático de sociologia, 2013, Orientação: Julia Polessa Maçaira.

² O Laboratório de Conjuntura Social: tecnologia e território, coordenado pela Profa Dra Ana Clara Torres Ribeiro, teve, por principal finalidade, a valorização da ação social e dos estudos de conjuntura na pesquisa urbana, no momento em que a reestruturação econômica, apoiada nos fluxos informacionais e em novas orientações administrativas, altera oportunidades sociais, funções metropolitanas e o teor sociocultural da vida coletiva. No desvendamento de uma metodologia adequada à análise de conjuntura comprometida com a dinâmica urbana, valoriza-se o ângulo da ação, onde outras opções analíticas privilegiam mudanças técnicas e tendências exclusivamente econômicas. Site do LASTRO <lastroufrj.wordpress.com>. Acompanhamos diariamente ações de reivindicação e protesto em duas metrópoles brasileiras - Rio de Janeiro e Belém do Pará - no âmbito do LASTRO

“Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” de Helena Maira Bomeny Garchet e Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros (RJ: Ed. Do Brasil/FGV2010) e “Sociologia para o Ensino Médio”, de Nelson Dacio Tomazi (SP: Ed. Saraiva, 2010). Esses livros foram escolhidos, pois são os mais utilizados pelos professores na escola e possuem segmentos/capítulos que destacam se não especificamente os movimentos sociais, temas correlatos que nos servem para estabelecer uma análise comparativa³.

No livro de Bomeny e Medeiros, analisamos o capítulo 16 e 17 da Parte III “A Sociologia vem ao Brasil” onde segundo o PNLD (BRASIL, 2011, p. 29):

O livro traz um painel dos temas fundamentais das Ciências Sociais, a partir do exame de alguns aspectos da realidade brasileira. Nessa parte, os conceitos apresentados na etapa anterior são retomados e revistos com referência à produção dos cientistas sociais no Brasil e à luz de dados recentes. Novos termos importantes do vocabulário das Ciências Sociais (em particular da produção sociológica do Brasil) são aqui apresentados e acrescentados ao vocabulário dos alunos: identidade social, gênero, preconceito de marca, cidadania regulada, sociabilidade violenta, patrimonialismo são alguns deles. Outros termos que frequentemente aparecem na imprensa são também explicados: fundamentalismo religioso, trabalho informal, milícias, economia de mercado, bens tangíveis e bens intangíveis, entre outros. Além disso, o texto traz dados sobre alguns indicadores sociais (acompanhados das devidas explicações) e pesquisas feitas pelo IBGE.

Esses capítulos não trabalham com Movimentos Sociais de forma específica, mas com os conceitos de desigualdade social, cidadania e direitos que contemplam a análise dos movimentos numa perspectiva que será posteriormente detalhada. Do livro de Tomazi, serão analisados os capítulos 14, 15, 16 e 17 da Unidade 5, que visa analisar o conceito de cidadania:

Na Unidade 5, o termo chave é cidadania. O autor demonstra os diferentes sentidos e aspirações que se expressaram nesse termo polissêmico ao longo da história. Na parte relativa aos movimentos sociais, o autor demonstra os diferentes fundamentos dos confrontos político-sociais, dando especial destaque às especificidades dos movimentos sociais contemporâneos. Há, nessa unidade, dois capítulos sobre o Brasil, no qual se discutem possibilidades e limites no processo de conquista da cidadania e a história dos movimentos sociais no país (BRASIL, 2011, p.24).

Os capítulos denominados respectivamente de “Direitos e cidadania”, “Os movimentos sociais”, “Direitos e cidadania no Brasil” e “Os movimentos sociais no Brasil”; também buscam analisar os conceitos de cidadania e direitos, mas tem foco específico nos movimentos sociais históricos, contemporâneos e brasileiros.

³ No percurso da monografia procuramos analisar os livros de maneira detalhada e completa, neste artigo optamos pela análise dos capítulos específicos sobre o tema.

Levando em consideração a escolha destes dois livros, a análise será dividida em duas partes: uma de aspectos gerais, onde serão relatados dados como diagramação, figuras, exercícios, atividades, além da linha pedagógica de cada livro. Na segunda parte, nos debruçaremos nos aspectos específicos e teóricos sobre os movimentos sociais, sempre em uma perspectiva comparativa.

2- Aspectos gerais dos livros didáticos

2.1 - Tempos Modernos, Tempos de Sociologia.

Em uma leitura cuidadosa dos livros didáticos escolhidos para análise, percebemos algumas diferenças sensíveis que alteram a maneira como o professor leciona a disciplina.

O livro de Bomeny e Medeiros (2010) busca abordar de maneira mais “completa e atual” as temáticas que se propõe. Por “completa e atual” entende-se que o livro busca trabalhar com um número de referências razoáveis os temas propostos. Possui uma carga de leitura intensa, com referências sociológicas combinadas. O livro contempla autores clássicos como Marx, Weber, Durkheim, Tocqueville e Gilberto Freyre até intelectuais contemporâneos e suas pesquisas.

O livro apresenta os temas de uma maneira que permite ao aluno produzir sua própria reflexão estimulada pelo professor. Podemos dizer que o livro segue um caminho que a princípio parece pouco sedutor para aluno e professor, mas que se bem trabalhado na sala de aula pode ter resultados interessantes. O livro é construído numa perspectiva de dar subsídios sobre os temas a estudar. Como exemplifica essa passagem do capítulo 16 (Bomeny e Medeiros, 2010, p. 192):

O conceito de desigualdade sempre teve como par contrastante o de igualdade. Seria essa a solução para os problemas que a situação de desigualdade social cria para a vida das pessoas. Mas a esta altura você já aprendeu que as respostas que a sociologia dá aos problemas com os quais se defronta não são consensuais. Olhando para o mesmo fenômeno, os teóricos deram respostas e sugestões não só distintas como frequentemente controversas. Nossa aventura neste capítulo será observar algumas dessas sugestões e pensar o Brasil com elas.

Quando o livro discute desigualdade social, por exemplo, aciona Marx e o mundo do trabalho, contextualiza o acesso desigual à educação, o Estado de Bem-Estar social europeu e a tentativa de sua reprodução no Brasil, aponta para os limites da mobilidade social, entre outros. Em suma, não fala muitas e repetidas vezes sobre cidadania e direitos, mas contextualiza a dificuldade e a necessidade de conquistá-los, por exemplo.

Como dito antes o livro tem carga textual intensa e isso se torna também uma questão a ser discutida quanto ao método de trabalho. Esta é uma seara polêmica: a quantidade de textos ajuda na compreensão, concisão e clareza dos temas e isto, pode, dependendo da interpretação de cada professor, auxiliar ou não na sala de aula – devido ao tempo necessário para preparação da aula (e o próprio tempo desta), o tempo gasto de leitura na sala (se os alunos não leem fora dela). Por fim, podemos dizer também que é um livro bem ilustrado, mas sóbrio, sem muitas cores, o que também pode afastar o aluno acostumado com mais figuras e diagramas.

2.2 - Sociologia para o Ensino Médio

Embora os dois livros se “encontrem” em diversos momentos no que diz respeito aos aspectos mais gerais, identificamos no livro de Tomazi uma linha de raciocínio e aprendizagem diferente. O livro utiliza uma linha histórica como fio condutor dos conteúdos ao invés de usufruir de trabalho de pesquisa atuais, se baseia fortemente nos teóricos fundadores da Sociologia: Marx, Weber e Durkheim. Este livro vai na contramão também da sobriedade do anterior e é muito mais ilustrado, colorido, possui menos carga de leitura (ou pelo menos leituras divididas entre o “miolo” dos capítulos, boxes e nas atividades), é bem diagramado e atrativo.

Outro ponto em que os livros se opõem é a construção do modo de explicitar os conteúdos. Como dito anteriormente, o livro de Bomeny e Medeiros (2010) caminha no sentido de dar subsídios para a reflexão dos temas. No livro de Tomazi (2010, p 139, os conteúdos são apresentados de forma direta, ligadas a elementos da vida concreta. No capítulo sobre direitos, por exemplo, propõe que estes devem sair do papel através de lutas e conquista:

Ser cidadão é ter a garantia de todos os direitos civis, políticos e sociais que asseguram a possibilidade de uma vida plena. Esses direitos não foram conferidos, mas exigidos, integrados e assumidos pelas leis, pelas autoridades e pela população em geral. A cidadania também não é dada, mas construída em um processo de organização, participação e intervenção social de indivíduos ou grupos sociais. Só na constante vigilância dos atos cotidianos o cidadão pode apropriar-se desses direitos, fazendo-os valer de fato. Se não houver essa exigência eles ficarão no papel.

Não nos cabe apontar qual o melhor livro ou método de ensino a ser adotado, a intenção é somente demarcar as diferenças entre eles que influenciarão a prática pedagógica e também a análise proposta. Os professores têm duas opções interessantes no livro didático, que impactam a maneira como os temas chegam à sala de aula: uma perspectiva teórico-reflexiva (Bomeny e Medeiros) e outra com caráter teórico-pragmático/concreto (Tomazi).

3 - Aspectos teóricos dos movimentos sociais no livro didático

Retomamos nesta seção a análise de como aparecem e são trabalhados os Movimentos Sociais nos livros didáticos de Sociologia. De antemão é importante dizer que em ambos os livros as questões/capítulos relativos aos Movimentos Sociais aparecem em unidades relacionadas aos direitos e à cidadania.

Esta percepção é importante por duas razões: primeiro porque tornam a abordagem dos livros muito parecidas, já que bebem praticamente na mesma fonte no início desses capítulos; e porque a utilizam como início de sua análise sobre lutas sociais, a percepção da desigualdade social e do não acesso a direitos garantidos por lei que geram a luta e busca por estes. Ambos buscam Karl Marx como o sociólogo clássico e porta de entrada para compreensão das desigualdades através de seus estudos sobre o mundo do trabalho, fábricas e operariado. Utilizam também como especialista em Cidadania, T.H Marshall e seu livro clássico sobre o tema “Cidadania, classe social e status” (1960) que estuda a relação entre cidadania e direitos ao longo da história e sua divisão em direitos políticos, civis e sociais.

Trabalhando ainda com a abordagem inicial dos capítulos dedicados a Cidadania no livro, conseguimos identificar tentativas de uma mediação didática entre a abordagem acadêmica e escolar do conteúdo.

3.1 – Tempos modernos, Tempos de Sociologia

Como delineado anteriormente, o tema Movimentos Sociais não aparece com lugar de destaque na publicação. Aparece apenas de forma passiva, mas interessante, através da reflexão sobre os conceitos de cidadania, direitos e participação. A publicação trabalha a questão das desigualdades sociais falando da dificuldade de quebra do “círculo vicioso” destas, acopla a educação à superação deste círculo já que o acesso à escola geraria uma mobilidade social plausível ao invés da busca por milagres.

Deste modo, iremos analisar dois capítulos, “Desigualdade de várias ordens” (16) e “Participação Política, Direitos e Democracia” (17). Decidimos pela exploração destes dois capítulos, embora somente o segundo seja de fato sobre o tema deste artigo, pois o capítulo 16 serve como uma espécie de introdução para o tema que será tratado adiante.

Sendo assim, o tema das desigualdades sociais é tratado como o tema fundante da Sociologia. Marx é lembrado como o autor empenhado em entender as desigualdades sociais e propor que as distâncias sociais entre as pessoas não existissem mais. O capítulo destaca o conceito de igualdade como par contrastante da desigualdade e propõe que não há uma única maneira teórica de promovê-la ou pensá-la.

O livro apresenta a desigualdade social brasileira, a renda altamente concentrada que gera/leva a outras desigualdades como as de gênero, raça, acesso à escola e ao trabalho. O conceito de mobilidade social é apresentado como uma proposta para pensarmos o caminho socialmente percorrido por indivíduos oriundos de diferentes classes sociais.

São utilizados boxes de pesquisas realizadas no Brasil para demonstrar como entendemos nossa desigualdade e também para expor dados da desigualdade de gênero e da discriminação racial que dominaram o restante do capítulo, mas que não nos interessam, já que não falam especificamente dos movimentos negro e feminista, embora deixem em aberto que há direitos a serem adquiridos por parte desses grupos sociais.

São lembrados e brevemente analisados vários documentos, declarações e atos em que foram garantidos e/ou cassados direitos fundamentais⁴. A Constituição ganha

⁴ São lembrados a Declaração dos Direitos Humanos, o Ato Institucional 5 e principalmente as diferentes constituições do Brasil.

máxima atenção, é mostrada como depositária da maioria dos direitos e deveres a que estamos submetidos.

A ditadura militar é lembrada para destacar direitos que foram cerceados, como a liberdade de manifestação da opinião, manifestações culturais, artísticas e intelectuais consideradas subversivas, da perseguição e tortura dos que se opuseram ao regime. Sendo assim, embora a Constituição apresente diversos problemas, esta representou a busca por um país democrático, livre e justo com os mais carentes e desprotegidos socialmente.

A publicação destaca o processo que culminou na Constituição de 1988, com a campanha nacional das Diretas Já. Nesse momento, aliás, é a primeira vez que o livro (Bomeny e Medeiros, *op. cit.*, p. 208) faz menção a um movimento social organizado, embora não o faça com todas as letras:

O ano de 1984, por exemplo, ficou marcado na memória brasileira como o ano da campanha nacional das Diretas Já – um grande movimento que reivindicava a realização de eleições diretas para a presidência da república.

Esse trecho demonstra uma característica marcante do livro: apesar da apresentação sobre direitos, reivindicação destes⁵, da adesão popular, não há qualquer definição de movimentos sociais no decorrer dos capítulos.

É destacado o caráter recente da democracia brasileira e como ainda estamos no processo de incorporação, de fato, dos ideais democráticos. Utilizam neste segmento um autor clássico da Sociologia, Alexis Tocqueville, e sua experiência nos Estados Unidos da América para demonstrar que ainda precisamos de “mecanismos de desenvolvimento e de aprendizado das maneiras de agir e participar nos destinos coletivos” (BOMENY e MEDEIROS, *op. cit.*) e que cidadania e democracia se aprendem. Para isso, todos devem ter a chance de aprender e incorporar esses princípios.

Mais adiante, o livro analisa criticamente a ideia propagada de inércia dos brasileiros frente aos problemas que enfrentam diariamente. A interface com a temática da ação torna-se mais forte, pois questiona-se essa atitude nacional com base em pesquisas sociais. Não é rechaçada a capacidade de mobilização brasileira, mas o livro

⁵ Há uma foto da passeata pelas Diretas Já no centro de São Paulo em 16/04/1984 e esta é apresentada como a maior mobilização política já vista no Brasil.

apresenta pesquisas de caráter bem reticente quanto à percepção de direitos pelos brasileiros.

Apesar disso, o livro valoriza os ideais democráticos, denota que é preciso cuidados com o que ainda nos falta conquistar e modificar. Nesse momento o livro mostra-se um pouco vago, dizendo o quanto é importante dar valor à democracia, mas não indica como isso deve ser feito. Faz sentido, portanto, o que foi apontado no início do texto sobre a doação de subsídios para reflexão que este livro nos dá, mas não é estabelecida uma relação direta entre as temáticas estudadas e Movimentos Sociais contemporâneos.

No manual do professor, no entanto, todas as orientações para o capítulo 16, continuam no sentido de promover o entendimento por parte dos alunos da centralidade do tema das desigualdades sociais para as ciências sociais, não há menção aos movimentos sociais como tema a ser lembrado na sala de aula enquanto este capítulo é trabalhado. No entanto, chama a atenção a presença do site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos sites recomendados, pois não há como dito anteriormente referência aos movimentos sociais ao longo deste capítulo no livro.

Outro ponto que se destaca é a recomendação de uma atividade cultural, em que se propõe que os alunos desenvolvam um projeto social. Isso soa estranho, pois recomenda-se o uso da noção de responsabilidade social que não foi trabalhada anteriormente e distorce a ideia de cidadania aprendida, à medida que propõe que os alunos promovam ações de “caridade”.

A relação com os movimentos sociais no livro muda então de figura, já que no manual do professor, nas recomendações para o ensino do capítulo 17, logo na exposição dos temas centrais do capítulo aparece o item “Movimentos Sociais no Brasil” e entre os objetivos está “compreender fatores que levam à mudança, identificando os movimentos sociais e seu poder de intervenção nas estruturas”. Como dito anteriormente, os movimentos sociais aparecem apenas indicados neste próprio capítulo, aparece de forma clara no que se refere a exemplos, mas são inexistentes os conceitos relacionados a estes durante o próprio capítulo, que é o que efetivamente vai para os alunos.

Parece que neste caso a apresentação dos movimentos sociais deverá ser tarefa única e exclusiva do professor. Já que além de trazer as discussões sobre movimentos sociais para as aulas, a atividade cultural recomendada é a realização de um fórum com

militantes de organizações sociais para que estes compartilhem suas experiências com os alunos.

3.2 Sociologia no Ensino Médio

O livro de Tomazi em oposição ao de Bomeny e Medeiros é mais “direto” em sua abordagem, ao invés de detalhar dados e pesquisas, opta por uma construção do tema com ligação direta entre a teoria sociológica e a vida concreta. A publicação tem larga história no campo do ensino de sociologia, já teve diversas edições, em que foram modificados seus conteúdos. Analisamos a Unidade 5 – Direitos, cidadania e movimentos sociais (págs. 135 a 167) que engloba quatro capítulos: 14 – *Direitos e Cidadania*; 15 – *Os Movimentos Sociais*; 16 – *Direitos e Cidadania no Brasil* e 17 – *Os Movimentos Sociais no Brasil*.

No capítulo 14, é destacada a existência de leis que garantem direitos a diferentes grupos sociais, mas o desrespeito destes. Tomazi então recupera a história das relações entre direitos e cidadania. Nesta perspectiva histórico-sequencial-evolutiva do livro didático, chegamos ao século XVIII nos Estados Unidos e a Declaração de Direitos da Virgínia e Constituição Americana de 1787; que determinavam pela primeira vez os limites do Estado e onde as liberdades individuais deveriam ser respeitadas. O livro destaca que a Revolução Francesa representa um marco, ao estender os direitos baseados nos princípios da igualdade e da liberdade a uma escala universal (embora ainda não se estendessem as mulheres⁶).

O capítulo prossegue com a exposição de diferentes pensadores sobre o ideário acerca da liberdade e igualdade dos seres humanos e a garantia de seus direitos desde o nascimento. O autor nos alerta sobre o contexto europeu nos séculos XVIII e XIX, marcado pelas desigualdades já evidentes entre as classes, a igualdade então defendida era uma ameaça para a burguesia e a aristocracia que estavam no poder e mantinham privilégios. O autor destaca a discussão/tensão entre liberdade e igualdade e a escolha do primeiro direito, a partir dos confrontos com os privilégios oferecidos pela sociedade capitalista (movida pela desigualdade) em detrimento da segunda.

Por fim, são destacadas as ideias de Marx e Durkheim. Enquanto que para o primeiro a ideia de democracia passa obrigatoriamente pelo critério da igualdade social

⁶ O livro destaca o caso de Olympe de Gouges, ativista e dramaturga francesa que propôs a declaração dos direitos da mulher e foi guilhotinada.

– que só a revolução pode tornar possível; para o segundo a cidadania está vinculada à coesão social estabelecida com base na solidariedade orgânica. Nesta parte do livro didático, aparece um autor recorrente na análise da temática, Thomas Humphrey Marshall e seu livro já clássico *Cidadania, Classe Social e Status* (1967) – que analisa a relação entre cidadania e direitos na história⁷.

O autor define cidadão como aquele que tem acesso garantido aos direitos civis, políticos e sociais. Esses direitos não foram conferidos, mas exigidos e assumidos pelas leis, pelas autoridades e pela população. Nesse sentido, a cidadania não é dada, mas construída em processo de organização, participação e intervenção social de grupos sociais.

Em nossa opinião a ligação entre luta por direitos e obtenção de cidadania é pouco problematizada no livro didático. Esta é uma interpretação que obviamente funciona como transposição didática⁸, mas talvez seja problemática ao levar o aluno a compreender que movimentos sociais pensam/legislam sempre em causa própria, e esta linha, sem a devida problematização ajuda a formatar uma visão utilitarista acerca da temática.

No capítulo 15, começam a ser trabalhados os movimentos sociais. Logo no seu início há uma definição (Tomazi, *op. cit.*, p. 143):

Os movimentos sociais são ações coletivas com o objetivo de manter ou mudar uma situação. Eles podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais

Esta dá rumo ao livro, já que logo abaixo aparecem relacionados exemplos de movimentos sociais, fazendo opção por relacionar tipos de ações sociais coletivas ao invés de nomear movimentos sociais propriamente ditos. Quando o faz, realiza a tarefa de maneira ampla. Ou seja, seus exemplos são greves trabalhistas (por melhores

⁷ O livro é clássico, pois conforma a visão acerca dos direitos os classificando como direitos civis, políticos e sociais. Marshall destaca que a questão da cidadania começa a aparecer no século XVII e XVIII por meio da formulação dos direitos civis, procurava-se nesta época garantir os direitos de ir e vir, o direito à propriedade, a liberdade contratual, escolha do trabalho e a justiça para salvaguardar os direitos anteriores.

⁸ O termo “transposição didática”, segundo Chevallard (1991), foi empregado para pensar o tempo das práticas escolares, investigar os saberes que circulam nesse contexto, propondo que estes condicionariam o tempo dos estudantes em dois sentidos: haveria o tempo do conhecimento, regulado pelo próprio objeto de estudo, mas haveria também o tempo da didática, definido em função das condições de “transmissão” desse conhecimento. Por essa razão, assim como o tempo, a prática didática também se desdobraria em duas: a prática do saber e a prática da sua transmissão.

condições de trabalho), os movimentos por melhores condições de vida na cidade e no campo, movimentos étnicos, feministas, ambientalistas e estudantis, entre outros.

Essa parte deixa clara uma confusão realizada ao longo do livro entre tipos de ação social e os movimentos sociais – esses dois conceitos aparecem de forma confusa. Há uma diferença significativa entre tipos de ação (que seriam os atos públicos, passeatas, carreatas, bicicleteiros, ocupações, beijaços, piquetes, ocupações, entre muitos outros) e os próprios movimentos sociais, que se organizam em sentido mais amplo, se constituem em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou programa, num contínuo processo em construção e resultado de múltiplas articulações. A ação social, por si só não constitui um movimento social, ela pode ser apenas uma forma de expressar indignação. Existem diversas ações que não são movimentos sociais, esse é um problema verificado na mediação didática realizada pelo livro que define os dois conceitos como iguais.

O autor destaca que além dos movimentos organizados existem outros que podemos chamar de conjunturais – que surgem durante alguns dias e surgem em outros, com novas formas de expressão e organização – o que parece uma tentativa de resolver o problema acima. É feita a ressalva que cada movimento precisa ser analisado e precisa ser entendido o que está por detrás destes e o que sustenta sua ação. Um alerta que se consolidada à medida que os movimentos aparecem como não pré-determinados, ou seja, dependem sempre de condições específicas em que se desenvolvem, ou seja, das forças sociais e políticas que os apoiam ou confrontam, dos recursos existentes para manter sua ação e instrumentos mobilizados para obter repercussão.

São destacados os movimentos que se mantêm durante longos períodos de tempo e acabam por criar uma estrutura de sustentação/organização para manter seu funcionamento. O autor estabelece relação direta entre institucionalização dos movimentos e a perda de vigor de suas lutas, já que a concentração antes dedicada a organizar as ações efetivas divide-se com a preocupação em manter uma estrutura fixa. Não se faz necessária a demonstração de que isso ocorre de diversas maneiras nos movimentos sociais e que a institucionalização, ao contrário, pode também significar o incremento de suas reivindicações e lutas.

Na sessão intitulada “confrontos e parcerias” são destacados o caráter político dos movimentos sociais e suas relações de oposição e de parceria com o Estado, de

acordo com seus interesses e necessidades⁹. Está claro que os movimentos atuam de acordo com seus interesses, mas como explicitar aos alunos que outros grupos também o fazem? Esse tipo de interpretação pode fazer com que os movimentos sociais sejam vistos como associações de caráter interesseiro e não interessados em mudanças sociais, há uma diferença sutil que não é bem trabalhada.

A atuação dos movimentos sociais aparece como “contra ações do poder público consideradas lesivas”; “pressão pela resolução de problemas relacionados a direitos já conquistados”; “em parceria com o poder público para fazer frente a outros grupos ou empresas privadas” e “para resolver problemas independentemente do poder público”. Não são expostas, mesmo que rapidamente, as vantagens e problemas que existem nesses tipos de atuação: um exemplo claro são as ONGs, que muitos alunos (principalmente da escola pública) encontram-se inseridos e não refletem, em alguns casos, sobre esta inserção.

É dado um bom destaque à teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003, [1972]). O autor destaca com base nessa teoria que os movimentos tem também como caráter o reconhecimento do outro, do diferente. Por meio desses movimentos, procuram-se disseminar visões de mundo, ideias e valores que diminuem preconceitos e discriminações que prejudicam as relações sociais. Identificamos este como um dos principais motivadores dos movimentos sociais contemporâneos e é pouquíssimo explorado ao longo da publicação.

Esses movimentos são destacados como a face dos movimentos contemporâneos porque não possuem uma coordenação única, surgem e se desenvolvem a partir de ações coletivas nos planos local, regional e global, e comportam uma diversidade grande de ideias e valores, bem como de atuação e organização; e suas ações se desenvolvem em torno de interesses e necessidades, mas também de reconhecimento, visando criar uma nova sociabilidade. Destacamos novamente que outras formas de organização/ação poderiam ser demonstradas e que estas não estão presas a um modelo, já que existem diversas. Inclusive porque esse modelo já foi e é muito desconstruído e perseguido.

No entanto, o livro dá visibilidade a movimentos sociais contemporâneos como o ambiental e feminista, mostrando que há de comum entre eles o fato de não terem uma coordenação única e podem, assim, se espalhar por todo o mundo. O livro também traz

⁹ Inclusive na pág. 144, são citadas quatro razões para os movimentos sociais atuarem “de acordo com seus interesses e necessidades”.

a discussão sobre cidadania no Brasil, novamente numa reconstrução histórica sobre os direitos no Brasil refazendo o percurso ausência/ditadura/Constituição e democracia/aprendizado lento já percorrido no livro anterior.

No capítulo 16, o autor problematiza os direitos à cidadania no Brasil, propõe que a situação brasileira no que se refere aos direitos difere fortemente das conquistas de direitos propostas por Marshall. É destacada a inversão proposta por José Murilo de Carvalho em seu livro *Cidadania no Brasil – O Longo Caminho* (2002), onde primeiro vieram os direitos sociais, depois os políticos e civis.

O Brasil é descrito como o país de poucos, no final do século XIX e início do XX o legado colonial ainda estava presente e os valores de liberdade individual não chegavam ao conjunto da população. Enquanto a maioria estava abaixo das leis, os senhores coronéis estavam acima delas, e a garantia de direitos individuais dependiam destes. Somente no final da década de 1920 esse panorama começa a mudar com a luta dos imigrantes e trabalhadores das indústrias. Entre 1930 e 1964, a situação dos direitos civis e políticos no Brasil variou bastante, em alguns momentos foram restritos ou mesmo abolidos. Os direitos sociais, no entanto, fizeram caminho inverso.

De 1930 a 1945 os direitos civis e políticos evoluíram pouco, pois em 1937 implantou-se o Estado Novo – a população só votava nos cargos legislativos. De 1945-1964, os direitos civis e políticos retornaram a estabilidade com liberdade imprensa, manifestação e organização partidária. Nesse período também se ampliaram os direitos políticos, via voto feminino.

No que diz respeito aos direitos sociais, o período de Getúlio Vargas fica conhecido como aquele em que se colocam em prática as reformas trabalhistas no Brasil com a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. Para que esses direitos se efetivassem foi montada uma estrutura sindical, previdenciária e política e diversos órgãos e instituições.

Com a ditadura militar em 1964, os direitos civis e políticos foram restringidos e nos Atos Institucionais cassados. O livro dá importante destaque ao uso político dos direitos sociais na época da ditadura, estes foram usados para deixar transparecer o mínimo de cidadania e para cooptar setores populares. Sendo assim, houve avanços nesse sentido, como a previdência social, assistência rural e planos de habitação.

No último capítulo da unidade são explorados os Movimentos Sociais no Brasil. A presença dos movimentos sociais desde o primeiro século da colonização é destacada.

Há destaque também para o fato de que os que viveram e vivem no país não são passivos e lutaram por seus direitos, ideais e interesses. O capítulo destaca as lutas no período colonial. Foca também nos dois movimentos que tiveram como objetivo a independência do Brasil a Inconfidência Mineira e a Conjuração, que tinham como base a Revolução Francesa – e que foram barbaramente reprimidos.

No período imperial aparecem os movimentos pelo fim da escravidão e contra a monarquia, que tiveram como intuito a instauração da República no Brasil. O livro mostra que como os anteriores esses movimentos foram violentamente reprimidos, pois para o governo em vigor eram exemplos que não poderiam ser seguidos. Ainda durante o império outros movimentos lutaram por questões específicas tais como as decisões arbitrárias vindas dos governantes como as Revoltas do Ronco da Abelha e do Quebra-Quilos.

É ressaltado no fim desta seção a bem sucedida empreitada dos abolicionistas e republicanos, já que a escravidão foi abolida em 1888 e a República implantada em 1889. São lembradas nos séculos XIX e início do XX pela denuncia da miséria, opressão e de injustiças a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado – os dois movimentos foram massacrados. São lembradas as primeiras greves operárias (quando estas ainda eram proibidas por lei), o tenentismo de base político-militar (militares rebelde contra as oligarquias regionais e a estrutura de poder que as sustentava) e a Coluna Prestes (que percorreu 12 estados com o objetivo de levantar a população contra o poder das oligarquias regionais).

Analisando o período entre 1930 e 1964, o autor destaca o movimento Integralista (e seu caráter fascista) e a Aliança Nacional Libertadora (e seu viés socialista). A última foi censurada por Vargas e serviu de pretexto para o golpe de Estado promovido por ele em 1937, o Estado Novo.

O livro destaca também o Movimento “O Petróleo é Nosso”, os movimentos agrários e camponeses da década de 1950 – que deram origem às Ligas Camponesas, a formação dos primeiros sindicatos e centrais sindicais. Todos esses movimentos foram responsáveis por deixar os setores conservadores em alerta, como bem destaca a publicação, o que apressa o golpe de 1964.

Destacam-se os movimentos de resistência ao golpe por parte dos estudantes e trabalhadores que criaram uma situação de contestação aberta ao regime. Isso prevaleceu até o AI-5 que proibiu o direito de manifestação, além, é claro da força

violenta da repressão. O livro destaca os movimentos armados contra o regime que foram a alternativa encontrada para os grupos protestarem. Também são mostradas as estratégias comuns daqueles que resistiam ao regime para dar visibilidade à causa como os sequestros e roubos de bancos. Durante a ditadura, é destacada também a força do movimento operário, que deu origem ao PT – que questionava as condições salariais e de trabalho - e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – que questiona a situação da terra no Brasil.

No fim da unidade são destacados e enfatizados os movimentos sociais no Brasil e seu papel como questionadores das muitas desigualdades existentes no país. Segundo o autor esses movimentos desenvolveram algo muito importante que é a politização da esfera privada, tornaram as carências do conjunto da sociedade como uma preocupação desta mesma e não só de Estado. Segundo ele, abriram-se possibilidades para o desenvolvimento de movimento sem o controle do Estado, nem de partidos. Essa interpretação também se mostra confusa, já que o autor abre espaço para falar sobre as ONGs e sua importância, sem problematizar essas organizações, nem os partidos políticos e depois de fazer um caminho coerente até o fim da unidade, as questões são aparentemente despolitizadas.

Neste final da unidade, o aluno pode ser levado a entender que os movimentos sociais precisam necessariamente da relação com o Estado para manter seus recursos e mobilização, enquanto que as ONGs e sua atuação fossem independentes deste – ignorando as contradições presentes em ambas organizações.

Na análise dos Movimentos Sociais no Brasil, Tomazi faz opção diferente do livro de Bomeny e Medeiros. Os dois versam sobre a ideia cristalizada no senso comum sobre a passividade do brasileiro. No entanto, o livro de Tomazi não apresenta pesquisas recentes sobre participação e opta por buscar na história brasileira movimentos de resistência. Essa estratégia parece funcionar melhor na sala de aula, já que possibilita um trabalho com os movimentos sociais de forma menos teórica, mas a contextualização se torna eficaz com as revoltas no período colonial, revoltas regionais, abolicionismo, republicanism, Canudos, Coluna Prestes, a luta contra o varguismo e a ditadura. Essa contextualização é importante, pois dá sentido ao que foi dito sobre conquista dos direitos destacando o número de mortes nesses eventos e a variedade de lutas na história brasileira. Por fim, Tomazi destaca o papel dos Movimentos hoje no

questionamento constante da desigualdade e na produção de meios para fazer valer os direitos, as leis, além de criar outros.

4– Conclusões

Na literatura sociológica acadêmica, os movimentos sociais são analisados no âmbito dos autores que pesquisaram/produziram/trabalham teoricamente com o conceito de ação social, ou ação social coletiva¹⁰ e que deram origem a diversas interpretações. Nos livros didáticos, que estabelecem conexões diretas entre a luta por cidadania e direitos à análise dos movimentos sociais, parece prevalecer a interpretação weberiana da ação social ligada a fins (WEBER, 1997), ou seja, na qual a ação é estritamente racional.

As pautas e reivindicações dos movimentos sociais, neste viés, podem ser interpretadas simplesmente como utilitaristas. Ou seja, toma-se um fim e este é, então, racionalmente buscado, com a escolha dos melhores meios para se realizar um fim, o que liga a luta dos Movimentos Sociais mais à frente nos livros em grande parte à obtenção de direitos, o que é obviamente procedente, mas mascara a face dos movimentos sociais conectada à introdução de novas maneiras de pensar o mundo. O mesmo Max Weber define mais três tipos de ação social que exemplificam o que tentamos explicar. Existem para ele, além da ação ligada a fins, a ação social racional com relação a valores, a ação social afetiva e ação social tradicional.

Em suma, a ação social não pode ser analisada sempre com base nos objetivos e/ou necessidades de pequenos grupos. Os movimentos negro e feminista, por exemplo, construíram suas bandeiras a partir de situação de exclusão que podem ser a diferença salarial entre homens e mulheres de um lado ou a baixa inserção de negros na universidade pública. Porém não o fazem apenas para garantir bens pessoais ou inserção profissional, o fazem na luta pela mudança do imaginário subalternizado que foi historicamente relegado às mulheres e negros.

A entrada no tema “Movimentos Sociais” a partir das lutas por cidadania e direitos é válida para transpor a temática para a sala de aula, em detrimento da análise

¹⁰ Destacamos os trabalhos de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Michel de Certeau, Michel Maffesoli, Erving Goffman, Alain Touraine, Bernard Lahire além da presença desta temática nos próprios clássicos Marx, Durkheim e Weber.

clássica da ação social e para demonstrar que os direitos são conquistados e não concedidos. No entanto é preciso ter cuidado com interpretações que mostrem os Movimentos Sociais como egoístas, sectários e/ou como grupos que colocam seus interesses acima de tudo, como é comum nas análises midiáticas por exemplo.

No entanto, devemos também considerar as dificuldades presentes na publicação de um livro de natureza didática: a composição dos capítulos, dificuldade de condensação dos temas, preocupações com a linguagem, pressões editoriais, entre outros. Sendo assim, os livros didáticos de Sociologia no que concerne aos Movimentos Sociais, trazem relevantes interpretações e ensaiam uma maneira de ensinar que difere do ensino do bacharelado e se adapta bem à escola básica. Neste sentido, o incremento de análises críticas dos livros didáticos de sociologia pode representar uma direção interessante, já que podem significar um contínuo aperfeiçoamento destas publicações¹¹. Com essa sugestão não pretendemos, de forma alguma, apontar para a produção de um livro didático “perfeito”, até porque todos sabemos (ou deveríamos saber) que este não existe, qualquer que seja a transposição didática realizada esta trará vantagens e desvantagens, apenas afirmamos a necessidade de diálogo contínua entre os envolvidos no processo de produção e recepção dos livros – autores, pesquisadores, professores e alunos.

Como demarcado durante todo o artigo, fica claro que os dois livros possuem orientações e intenções diferentes. Enquanto o livro de Bomeny e Medeiros dá subsídios para o entendimento da temática, não toca diretamente na(s) questão(ões) dos Movimentos Sociais embora insinue essa direção no capítulo e claramente no manual do professor. Por outro lado, o livro de Tomazi é explícito, exemplifica/comenta lutas nacionais históricas e adentra com propriedade a temática dos Movimentos Sociais.

O trabalho do professor, se a decisão for utilizar um destes livros, será de pensar uma maneira de complementar um desses dos dois estilos de abordar a temática. Preliminarmente, podemos dizer que o livro de Bomeny e Medeiros ensina sobre a luta, a medida que expõe a desigualdade social no Brasil e traz subsídios e elementos para o questionamento desta. Enquanto que o livro de Tomazi ensina a lutar, já que mostra diversas formas de atuação dos movimentos, algumas de suas pautas, a presença

¹¹ Neste sentido, merecem destaque duas monografias também produzidas no Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica (CESPEB-FE/UFRJ), as de Fábio Braga do Desterro intitulada “As desigualdades sociais nos livros didáticos de Sociologia” e de Lidiane Rocha do Nascimento intitulada “A categoria trabalho nos conteúdos da disciplina sociologia no ensino médio”.

marcante dos movimentos sociais no Brasil e, principalmente, as consequências/resultados de suas ações.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Educação. *Guia de Livros Didáticos PNLD 2012 - Sociologia*, 2011.
- BOMENY, Helena Maria Garcher e MEDEIROS, Bianca Stella Pinheiro . *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*. SP: Editora do Brasil, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2002.
- CHEVALLARD, Yves. *La Transposition Didactique: Du Savoir Savant au Savoir Enseigné*. Grenoble: La pensée Sauvage, 1991.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. SP: Ed. 34, 2003a. [1992].
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. RJ: Zahar, 1967.
- TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o Ensino Médio*. SP: Editora Saraiva, 2010.
- WEBER, M. “Ação social e relação social”. In.: FORACCHI, M. M. e MARTINS, J. S. *Sociologia e sociedade: leitura de introdução à sociologia*. RJ: LTC, 1997.